

EDUCAÇÃO POPULAR: DO QUE FALAMOS? (RE)DESCOBRINDO CONCEITOS

Ana Luiza Salgado Cunha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Glauber Barros Alves Costa

Universidade do Estado da Bahia

Raquel Arrieiro Vieira

Universidade Federal de São Carlos

Erica Vieira Souza

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: Imersos num estudo que nos compromete com a Educação Popular, nosso compromisso inicial é compreender o que é a Educação Popular, como conceito. Assim, ao escrevermos o presente texto, temos como objetivo primeiro um aprofundamento da compreensão acerca da Educação Popular, refletindo sobre seus sentidos e significados. A Educação Popular nasceu de lutas na América Latina e se expandiu mundo afora, tendo como motor a reflexão sobre as condições sociais, políticas, econômicas e cognitivas dos sujeitos oprimidos. Tendo Paulo Freire como um dos pioneiros de sua sistematização teórica, a Educação Popular é uma concepção de educação que dá sentido social às ideias e práticas pedagógicas. Neste estudo partimos da concepção de Educação Popular como um trabalho pedagógico multivariado, realizado por setores da sociedade civil dentro e fora das instituições escolares, realizados com as classes subalternas enquanto instrumento cultural que busca transformação e justiça social. O entendimento é de que a Educação Popular consiste num trabalho coletivo das, e com as, classes populares afim de que, primeiramente, percebam e compreendem a profunda situação de opressão e violência em que vivem, partindo para problematização desta situação concreta e de elaboração de práxis de resistência, luta e transformação desta realidade.

Palavras chave: Educação Popular. Saberes. Povo.

Para começo de conversa

A utopia é revolucionária porque ela é o anúncio de um mundo que se humaniza (FREIRE, 1987, p. 43).

Imersos num estudo que nos compromete com a Educação Popular, se faz compromisso primeiro compreender o que é Educação Popular, ou, ao menos, de qual Educação Popular falo para compor meus estudos. Ainda, qual a origem da Educação Popular? Sua história, faces e compromissos? Assim, ao escrever o presente texto, tenho como objetivo inicial um aprofundamento de minha própria compreensão acerca da Educação Popular, seus sentidos e



significados. Bem como, através deste texto espero contribuir para sistematização de subsídios de estudo sobre a temática tanto para área específica quanto para áreas correlatas. O que sabemos primeiro, ao dizer de onde pisamos, Brasil, é que a Educação Popular nasceu de lutas na América Latina e se expandiu mundo afora, tendo como motor a reflexão sobre as condições sociais, políticas, econômicas e cognitivas dos sujeitos oprimidos. É, pois “um ato de guerrear feito de novo modo, posto que a exasperação e rancor nos jogam para o lado do inimigo” (CRUZ, 2013, p.20). O marco da Educação Popular no Brasil apresenta suas origens nos anos de 1960, enquanto pensamento emergente, alimentando lutas populares em diversos setores do país. Ao compreendemos a Educação Popular, como possibilidade de produção de existência dos oprimidos, aliada às ideias dos autores citados ao longo do texto, temos a questão de como instituir efetivamente práxis de Educação Popular, fortalecendo a concepção de Educação Popular.

Tendo Paulo Freire como um dos pioneiros de sua sistematização teórica, a Educação Popular no Brasil tem origem com as políticas de alfabetização de adultos que se espalharam rapidamente por toda a América Latina. A Educação Popular é uma concepção de educação que dá sentido social às ideias e práticas pedagógicas. Neste estudo partimos da concepção de Educação Popular como um trabalho pedagógico multivariado, realizado por setores da sociedade civil dentro e fora das instituições escolares, realizados com as classes subalternas enquanto instrumento cultural que busca transformação e justiça social.

A Educação Popular inspira-se em um projeto político e em uma utopia de construção de uma sociedade justa, solidária e amorosa, em que os que hoje são subalternos, marginalizados, oprimidos e empobrecidos sejam protagonistas ativos e altivos (VASCONCELOS; VASCONCELOS; SILVA, 2015, p.96).

Numa sociedade cada vez mais diversa, e perigosamente perversa, vemos na Educação, sobretudo na Educação Popular, um terreno esperançoso de transformações. Procurando criticamente lidar com o desconhecido, reconhecendo-o e compreendendo a universidade na diversidade da realidade concreta. Por isso a escolha em trabalhar com a Educação Popular, a que compreendemos assim, como a do povo, com o povo, pela justiça cognitiva e social.

Educação Popular – um conceito em luta e em constante (re)definição

Segundo Bornstein (2006, p.1), “a educação popular é entendida como um meio de transformação da sociedade na medida em que pretende fortalecer a autonomia do educando na busca por soluções para suas problemáticas”. cremos que, nas práxis de Extensão Universitária Popular, o diálogo e a integração são elementos de suma importância para organização e fortalecimento dos grupos, bem como a união entre saberes técnicos, científicos e experienciais como forma de construção de outro conhecimento, um conhecimento compartilhado e tecido com base em diferentes saberes de mundo.

A educação popular tem o compromisso com os oprimidos e seu ponto de partida é a convicção de que o povo já tem um saber, parcial e fragmentado, e que carrega em si o dom de ser capaz. Torna-se um instrumento que desperta, qualifica e reforça o potencial de organização popular em uma perspectiva solidária. Um compromisso de amorosidade para com o ser humano (DARON, 2014, p.128).

Diferente de muitos movimentos sociais que se organizam através de uma Sociologia do Desenvolvimento, os movimentos de cultura popular têm como base uma Filosofia da História, que compreende o ser humano a partir da produção da cultura, ou seja, da produção e reprodução que os seres humanos fazem do mundo. Assim, segundo Brandão (2009, p.54), “o processo social de criação da cultura é o que atribui ao ser humano a possibilidade de afirmar-se como um ser com consciência a respeito do seu saber. Enfim, como um sujeito que habita de modo singular a sociedade e constrói uma história”.

Compreendemos a educação popular como parte do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam uma cultura, difere de treinamento ou da simples transmissão de informações. Significa a construção de um senso crítico que colabora para que os sujeitos entendam, comprometam-se, tenham capacidade em elaborar propostas, reivindiquem e transformem (-se) (DARON, 2014, p.127).

Dessa forma podemos constatar que a perspectiva popular a que Daron (2011) se refere em nada se aproxima de concepções como populismo. Popular é processo de produção e socialização coletiva de conhecimentos que empoderam seus sujeitos, protagonistas, para reflexão crítica sobre a realidade concreta através da práxis transformadora. Através da Educação Popular conquista-se a valorização das intencionalidades sociais, políticas e epistemológicas dos coletivos de sujeitos, bem como se estimula o protagonismo popular a partir do reconhecimento e da valorização dos sujeitos populares.

A proposta, via Educação Popular, é a de politizar a cultura popular como universo simbólico das classes populares, numa cultura que reflita seu mundo, seus modos de ser, estar e viver. Nesta pesquisa, adotamos o conceito de cultura popular trazido por Brandão (2009, p. 70) a cultura popular é “o resultado, nunca concluído, sempre aperfeiçoável, de um trabalho político através da cultura, que deve desaguar em uma retotalização da cultura nacional, em termos de e sobre as bases da cultura popular liberada”, é práxis para construção de outra consciência, em outra ordem social, que não mais a hegemônica. “Cultura popular se traduz por política popular, não há cultura do Povo, sem política do Povo” (FIORI, 2014, p.81).

A relação que sustenta a cultura popular deve ser pensada em sua dimensão dialética. Ela é um trabalho político sobre a cultura, que cria condições de transformação cultural de teor político entre as classes populares. Aí está a base do acesso do povo à participação efetiva na luta pela transformação das estruturas sociais de poder (BRANDÃO, 2009, p. 71).

O entendimento é o da cultura como tudo aquilo que o ser humano agrega à natureza como: linguagem, instrumentos, ciências, modelos de ser e estar em sociedade, dentre outros. Cultura é, pois, o resultado da práxis criadora dos seres humanos. O problema é quando a cultura deriva da desigualdade de condições humanas de produção de bens, poderes e símbolos de compreensão da vida social, desigualdade que nega a História e a afirmação de igualdade, ideologia que mascara a realidade social como forma de legitimar a cultura da exploração, dominação e opressão. “Até a mais feroz dominação não é capaz de coisificar totalmente o homem: sempre há de lhe sobrar suficiente subjetividade para integrar funcionalmente o sistema de dominação” (FIORI, 2014, p.91).

A oposição estrutural entre modos sociais de construção da cultura é que explica a cultura popular. A dimensão da cultura expressão a forma como os sujeitos, classes e grupos étnicos e sociais participam da vida coletiva em todas as suas dimensões. No contexto das sociedades existem valores e símbolos que são dominantes e outros que são negados (BRANDÃO, 2009, p.59).

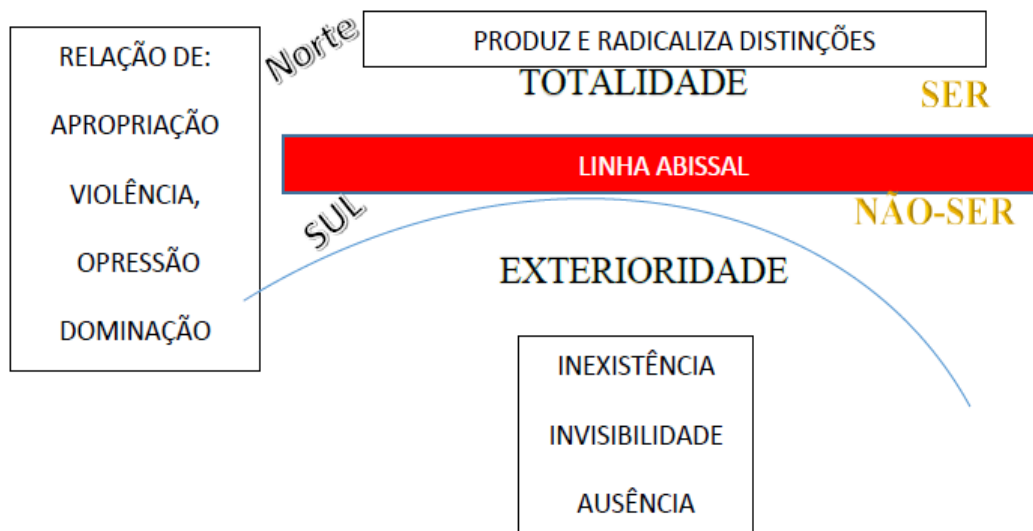
Ainda, o problema é quando a cultura dominante exerce um controle direto sobre a cultura dominada, quando os setores populares acabam por reproduzir, como seu, uma cultura que foge ao eixo de suas identidades, identidades populares, tornando-se politicamente dominados – fora do eixo de poder - e simbolicamente alienados – fora do eixo da consciência. Educação Popular é um sistema educativo organizado em torno dos

anseios, demandas e da práxis das classes populares, é também movimento político e uma discussão epistemológica. Através dela outros processos culturais são compreendidos, que não o hegemônico, priorizando projetos de sujeitos e sociedade através de outra possibilidade educativa, possibilidade esta que prioriza a superação das injustiças e desigualdades sociais postas no hegemônico sistema social vigente.

Boaventura de Sousa Santos (2010) traz o conceito da Ecologia de Saberes como alternativa que valoriza os outros saberes, os da luta dos oprimidos, numa proposta de romper com a visão monocultural que condiciona a realidade de um só saber, como um instrumento dialógico, epistemológico e político que visa à superação da fragmentação e hierarquização entre saberes diversos a fim de fortalecê-los, aproximando saberes, conceitos e linguagens diferentes. Entendendo que a Ecologia de Saberes tem como base o diálogo, compreendemos também que este se amplia, fazendo emergir articulações e luta contra-hegemônicas, assentadas em práticas sociais e na Educação Popular, do povo, com o povo e para o povo. “A utopia do inter-reconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios. É esta a tecnologia de prudência que subjaz à ecologia de saberes” (SANTOS e MENESES, 2010, p. 56).

De hegemonia, falamos de linhas cartográficas abissais que aprofundam injustiças - social e cognitiva – por um pensamento abissal que consiste num organizado sistema de distinções visíveis e invisíveis, onde um lado da linha fundamenta o outro, dividindo a realidade, e fazendo de um lado uma linha hegemônica e do outro uma linha dos não existentes, sobre nenhum aspecto compreensível (SANTOS, 2010). Abaixo, trazemos a representação deste modelo de exclusão radical:

Figura 1 – Modelo de exclusão baseado no binômio totalidade/exterioridade.



Fonte: Tese de doutorado de CUNHA (2018)¹

O modelo de exclusão radical trata a Modernidade homogeneizada pela centralidade europeia, dando caráter de periferia à tudo aquilo que foge a sua racionalidade determinada, favorecendo um processo de justificação irracional para situação de violência e opressão como formas de dominação. Ao colonizar, a Europa não descobriu o outro como outro, o encobriu, colonizando-o em sua alteridade, com uma justificativa desenvolvimentista (DUSSEL, 1993).

A relação entre Norte e Sul, entre Totalidade e Exterioridade inaugurou e sustenta a produção de distinções entre o Ser e o Não-Ser, através de elementos como apropriação, violência, opressão e dominação. Em contraposição a este modelo, Brandão (2014) nos convida a enxergar a emergência de paradigmas que subvertem pensamentos dicotômicos, que consideram a existência de muito mais do que o colonizante. É afirmação do direito de escrever sua própria história e de ser protagonista de seu próprio tempo.

¹ CUNHA, ANA LUIZA SALGADO. **Extensão universitária na Universidade Federal de São Carlos: (des) encontros com a educação popular.** UFSCAR: São Carlos, 2018 (Tese de doutorado)

Assumimos o posicionamento de uma racionalidade outra, emancipadora, para contribuir no processo de humanização, nosso e dos Outros e vemos na Educação Popular um caminho para outro mundo possível, que não subalternize sujeitos, territórios, culturas e saberes.

Educação Popular como uma oportunidade de ultrapassar o conceito de conscientização e de valorização da cultura popular, para assumir a noção de conflito, o que implica tensões permanentes, uma prática educativa radical, que se coloca em relação com outros processos sociais de construção de uma nova cultura e de um projeto de sociedade, de formação de identidade de classe e de construção de cidadania (CRUZ, 2013, p.195).

Segundo Brandão (2009), o trabalho com a Educação Popular é um trabalho em nome de ou a partir da construção social de outras formas de sentir e perceber o mundo, lançando-se ativa e criticamente sobre ele como forma de transformá-lo, vem para superar:

Esta suposta coerência oficial que torna aceitável a barbárie cotidiana, fundamenta o discurso do poder da ordem, ou da ordem do poder, estabelecido sobre princípios de desigualdade, restrição de liberdade, exclusão social, discriminação de pessoas e de grupos humanos e inculcamento de saberes e valores entre culturas (BRANDÃO, 2009, p.9-9).

Fals Borda (1978), em sua obra *Por la Praxis: El problema de como investigar la realidade para transformala*, retoma o importante debate marxista sobre o papel da ciência e dos cientistas ante a realidade concreta e destaca que tal problema é ontológico e de necessário trabalho em prol de uma real transformação social em prol da justiça social. Fala da abertura ao outro como fundamental na dinâmica do processo ensino-aprendizagem com foco da libertação.

Sem desprestigiar a teoria, Fals Borda traz em sua teoria a importância dos contextos locais, regionais e seus saberes, na compreensão de que todos os grupos colocados na exterioridade são também produtores de conhecimento legítimo. Faz isso não numa compreensão de inversão de hierarquias e privilégios e sim numa visão dialógica e de totalidade sobre a conexão entre os múltiplos saberes, científicos ou não. Em seu pensamento, traz a subversão como estratégia política e ressignificação do conhecimento e da realidade concreta.

É este o papel e o sentido histórico da Educação Popular, o da resistência e oposição ao status quo, por isso Brandão (2009) a define como cultura rebelde, que transcende ao tempo

e ao espaço de sua luta, a fim de promover a libertação dos sujeitos oprimidos. Consideramos a Educação Popular enquanto processo de reconstrução do saber social necessário – a educação da comunidade, e como trabalho político de luta por transformações sociais, democracia e justiça global.

Segundo Brandão (2009, p.26), “a construção de uma sociedade em que os oprimidos sejam os sujeitos de seu próprio processo liberador é o objetivo global desta busca utópica”, a busca pela Educação Popular. Assim, nesta pesquisa compreendemos a Educação Popular como movimento político junto às classes populares através da educação, do processo de retotalização de todo o projeto educativo e social partindo do ponto de vista do popular.

A Educação Popular tornou-se caminho para outra construção teórica que parte, sobretudo, da cultura – popular – para tecer um trabalho político-popular de transformação e superação das estruturas opressoras. Deste modo, o Popular dá a este tipo de educação um tom de instrumento de conscientização e politização.

As práxis de Educação Popular não se reduzem à atividade escolarizada, ainda que possam também fazer parte, mas buscam alternativas críticas e criativas para o processo pedagógico. O que a justifica é o fato de que ao próprio povo cabe a elaboração de seus saberes, carregados pela intencionalidade de construção de um projeto social transformador. O horizonte da Educação Popular é de, num paradigma educacional emergente, buscar transformar o sujeito econômico em sujeito político, transformando a sociedade em uma ordem mais justa, solidária e fraterna. “A Educação Popular é uma negação da negação. Não é um ‘método conscientizador’, mas é um trabalho sobre a cultura que faz da consciência de classe um indicador de direções” (BRANDÃO, 2009, p.34).

É preciso cuidado com o radicalismo de nossa compreensão acerca do domínio total da cultura erudita sobre a cultura popular, tendo em vista que há espaços populares, em existência plena, que representam o mundo e são fiéis às experiências de seu povo. Ainda, não é possível, numa pesquisa de perspectiva crítica, que uniformizemos as culturas populares; seria reduzir sua complexidade, dissolvendo-as num só bloco de “popular” em oposição a um só bloco “erudito”. Dentro do que definimos como Popular fervem diversidades históricas, étnicas, de gênero, geográficas, dentre outras.

Não falamos, pois, de solidariedade com a cultura de um povo dominado, a cultura da dominação internalizada, para levar-lhe algum socorro mistificador, mas sim, com a luta do povo por sua libertação, pela reconquista integral da função que lhe é devida – de sujeito de sua história – para que ele retome o poder originário de interpretar o sentido de sua

existência (FIORI, 2014, p.117).

Ainda que o termo Popular carregue em si forte sentimento ideológico, é também material concreto de vida e práxis. Assim, entendemos que a Educação Popular é fundamentada na vivência concreta dos sujeitos populares – cultural e estruturalmente – numa perspectiva criadora e transformadora de mundo, o que exige dos sujeitos posicionamentos político-pedagógico, uma coerente concepção teórico-metodológica, e uma intencionalidade comum: a emancipação dos sujeitos através do diálogo. “A conscientização é este esforço do povo por retomar seu destino histórico, sua cultura, em suas próprias mãos. Cultura do povo, pois, e não cultura para o povo: cultura popular” (FIORI, 2014, p.103).

Quando nos comprometemos à práxis da Educação Popular, seja ela em qualquer setor, nos comprometemos radicalmente com práticas educativas coletivas através das quais todos os sujeitos se enveredam por uma luta política coletiva que tem na participação popular o seu grande potencial. Ainda, tal comprometimento exige muito além do pensar comprometido, exige um fazer comprometido, pois, na Educação Popular, o fazer em si já diz muito sobre o que se faz, bem como para quê e para quem se faz (DARON, 2011).

Na luta por uma educação pautada na liberdade humana, na libertação de homens e mulheres, histórica e contextualmente oprimidos e violentados em sua existência, trazemos o saber sócio-pedagógico sistematizado de Paulo Freire (1987) que se refere à conscientização como compromisso do ser humano para com o ser humano e convida-nos a pensar todo ser humano enquanto sujeito de sua própria história, protagonista do seu ser e estar no mundo. Através da Extensão Universitária Popular, os sujeitos de sua práxis confrontam política, cultural e epistemologicamente a inexistência para eles produzida, tecendo processos de conhecimento e autoreconhecimento, através de outros valores, ou seja, os seus valores, ocupando espaços de pertencimento cultural, racial, de classe, gênero, sexualidade, relações, dentre outros (ARROYO, 2014).

Por marcar o processo histórico de produção do ser humano, Paulo Freire trata da educação como ato político, bem como social, cultural e histórico e a destaca como instrumento capaz de possibilitar aos seres humanos a retomada de sua própria história através de uma práxis libertadora e, por isso, Paulo Freire dedica sua obra Pedagogia do Oprimido “aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (1987, p.12).

Quando a Educação Popular inspira e implica processos político-pedagógicos, os sujeitos que deles fazem parte se animam com o possível resgate de sua existência digna. Ao

romper com a alienação que os adormece e conforma, compromete os sujeitos, até então oprimidos, como protagonistas frente a sua própria luta. Qualificados política e tecnicamente, os sujeitos se empoderam na busca por maior coerência e coesão social, se mobilizam e fortalecem ações coletivas para enfrentar a realidade concreta.

Segundo Stotz (2007, p.55), “a educação popular considera que a opressão não é apenas dos capitalistas sobre os assalariados e os trabalhadores em geral; mas também a opressão sobre a mulher, os homossexuais, os indígenas, os negros” dentre outros tantos oprimidos e oprimidas, desqualificados como inexistentes num mundo repleto de pilares hegemônicos de verdade. Ainda que compreendamos e coadunemos com a interpretação epistemológica marxista que evidencia as desigualdades de classe como elemento fundamental e estrutural das sociedades capitalistas, compreendemos, também, que há outros marcadores de desigualdades tão importantes como o de classe – referindo-nos às desigualdades culturais, étnicas e de gênero, dentre outras – bem como, há, nos movimentos de diversidade, reivindicações de classe, ainda que não seja seu motor de luta principal. Sem dúvida as desigualdades sociais consistem num elemento funcional do sistema da sociedade capitalista que hoje impera, porém, numa perspectiva multicultural, há de se compreender os múltiplos modos humanos de ser e estar no mundo.

Em nossas pesquisas em práticas sociais e processos educativos, procuramos nos aliar à perspectiva da Educação Popular como forma de superar o fosso abissal entre as diversas compreensões de mundo existentes. A ideia foi a de problematizar e contextualizar cada situação vivida em nossas pesquisas, compartilhando diferentes formas de tecer conhecimentos e de ser e estar no mundo, compreendendo todo ser humano como protagonista de sua própria história e a interação social enquanto acontecimento fundamental na lida com a complexidade da vida humana.

Não tratamos aqui de cega veneração à cultura popular, muito menos de um pensamento acríptico e pouco refletido sobre complexidades e contradições que permeiam toda a vida humana, a proposta, seja em saúde ou em outras áreas da vida, é a de reconhecer e valorizar outros modos de compreender o mundo, que não apenas o hegemônico, superando a cultura de imposição de saberes e valores, fazendo dialogar a multiplicidade de sermos humanos.

Considerações Finais

Nenhuma realidade é porque tem que ser. A realidade pode e deve ser mutável, deve ser transformável. Mas, para justificar os interesses que obstaculizam a mudança, é preciso dizer que “é assim mesmo”. O discurso da impossibilidade é, portanto, um discurso ideológico e reacionário. Para confrontar o discurso ideológico da impossibilidade de mudar, tem-se de fazer um discurso também ideológico de que tudo pode mudar. Eu não aceito, eu recuso completamente essa afirmação, profundamente pessimista, de que não é possível mudar (FREIRE, 2011, p. 169).

A Educação Popular relaciona-se ao projeto político, social e epistemológico ao qual nos comprometemos pessoal e profissionalmente, seus elementos orientam nossa prática pedagógica e de pesquisa na busca por uma realidade mais justa e igualitária, não mais violenta e opressora. Destacamos, enfim, a importância de compreender o mundo do Outro, de descolonizar nosso olhar, compreendendo que o mundo é o que se vê de onde se está, de onde se partiu e ao lado de quem se comprometeu a lutar.

Segundo Vasconcelos e Cruz (2011), a Educação Popular é uma forma de participação ativa, social e política de se trabalhar pedagogicamente os coletivos universitários e populares, promovendo estratégias teórico-metodológicas e participativas, de enfrentamento e redirecionamento da vida social, enfatizando interação cultural, troca de saberes e compartilhamento de relações. Entendemos que o diferencial da Educação Popular consiste nos modos de condução do processo educativo, neste caso, formando sujeitos coletivos a partir de seus próprios saberes e contextos sociais, políticos, culturais, econômicos e epistemológicos. Popular refere-se à perspectiva política de processos educativos a serviço dos interesses coletivos, como trata Paula Freire, oprimidos (FREIRE, 1987).

Paulo Freire (1987) desenvolve sua crítica ao modelo de educação reprodutora do conformismo social e discute o processo de desumanização causada pelo opressor a seus oprimidos através da imposição de formas de serem e estarem no mundo e destaca a necessidade de libertação da opressão através da conscientização e da transformação social; os apresenta a Educação Popular como possibilidade de superar a reprodução da desigualdade, da marginalização e da miséria, estabelecendo possibilidades comunicativas e transformadoras através de perspectivas críticas, visando à conscientização humana.

Conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impões. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre sua

realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção (FREIRE, 2011, p.9).

Ao compreender a educação como prática de liberdade Freire (1987) demonstra o quanto é importante o desenvolvimento do diálogo no processo educativo, entendendo o ser humano como ser pensante e de práxis sobre o mundo, dando destaque ao caráter revolucionário dos oprimidos, em sua ação transformadora, trata-se de uma ação pedagógica, da qual se emergem novas possibilidades de renovação social.

A Educação Popular é, portanto, saber que orienta nos difíceis caminhos, cheios de armadilhas, da ação pedagógica voltada para a apuração do sentir/pensar/agir dos setores subalternos para construção de uma sociedade fundada na solidariedade, na justiça e na participação de todos (VASCONCELOS & CRUZ, 2011, p. 30).

Com a clareza de Freire (1992, p.51) é enfático ao dizer que “não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser.” Diante disso, o autor nos convida à ousadia de sermos mais, permitindo também que todos os outros assim o sejam, mais, afim de que tudo aquilo que seja produzido pelo ser humano no mundo, sendo mundo, seja levado em conta em sua existência, sem ranqueamento, rotulações, verticalidades e hierarquias cegas que delimitam verdades únicas num mundo tão vasto, ao estarmos em práticas sociais e processos educativos, movimentamo-nos de outras formas no hegemônico espaço da universidade, tecendo reflexões e pesquisas dialógicas, compartilhadas e humanizadas; tecendo, assim, nossa forma de ser revolucionários, percebendo o mundo em suas possíveis libertações. A grande questão é desvelar e problematizar a opressão, superando a dicotomia opressor/oprimido através do diálogo, diálogo este que é o encontro entre seres humanos, condição fundamental para a transformação. Assim como ressaltam Teresa e Sandra:

Entendemos que a educação tem várias e complexas dimensões como a de ser ferramenta para olhar e compreender o mundo e um instrumento de participação na sua transformação de modo a que todas as pessoas tenham lugar e possam ser felizes. Assim, parecemos que a educação tem que se entender a si mesma como uma tarefa e um instrumento de emancipação individual e coletiva, porque se são muitos e concretos os velhos e novos problemas que a globalização coloca hoje, mais importante do que eles têm que ser a nossa capacidade de transformar positivamente esses problemas (CUNHA e SILVESTRE, 2008, p.74).

Compreendemos a Educação Popular - que combina ética, política emancipatória e posição crítica perante a realidade - como um paradigma emancipatório de clara intencionalidade de fortalecimento dos grupos sociais oprimidos (FALS BORDA, 1987).



Assim, estudar os processos e mecanismos de poder da sociedade através da compreensão das classes populares é função da Educação Popular, apresentando assim sua clara intencionalidade política e de transformação social, equidade e justiça social, entre comunidade e pesquisadores-militantes, como nos consideramos.

Como destaca Fals Borda (1987), pesquisadores militantes são os que colocam o conhecimento a serviço dos grupos oprimidos e explorados pois uma causa fundamental: a transformação da sociedade, mantendo acesa a perspectiva crítica e subversiva na construção do conhecimento, tendo a subversão como forma legítima de resistência à ordem hegemônica desigual e violenta. A ação intelectual do pesquisador-militante, ao tomar consciência de seu pertencimento à sociedade concreta, renuncia ao seu papel de expectador e coloca sua práxis a serviço de uma causa: transformação para justiça social.

Falamos de Educação Popular pois falamos de uma Educação para além das salas de aula, mas também presente nelas, rompendo barreiras entre conhecimentos hegemônicos e conhecimentos vividos, ouvindo todas as vozes em sua polifonia. Assim, neste contexto de trabalho, o entendimento é de que a Educação Popular consiste num trabalho coletivo das, e com as, classes populares afim de que, primeiramente, percebam e compreendem a profunda situação de opressão e violência em que vivem, partindo para problematização desta situação concreta e de elaboração de práxis de resistência, luta e transformação desta realidade.

Referências Bibliográficas

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 2. Ed. Vozes: Petrópolis. 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura Rebelde – escritos sobre a educação popular de ontem e agora**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009.

BORNSTEIN, V.J. Experimentando a construção do conhecimento com base em diferentes saberes. **Revista APS**. Juiz de Fora. Vol.9, n.2, p.175-179, 2006.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro Cruz. **A Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop): articulando as práticas de extensão na luta por uma universidade socialmente comprometida**. In: JEZINE, Edineide; BATISTA, Maria do Socorro Xavier & MOREIRA, Orlandil (org.). Educação popular e movimentos sociais. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008, pp. 111-32.

CRUZ, P.J.S.C; VASCONCELOS, M.O.D.

SARMENTO, F.I.G.MARCOS, M.L. VASCONCELOS, E.M. **Educação Popular na**

Universidade. Reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop). São Paulo: Hucitec. João Pessoa. Editora Universitária UFPB. 2013.

CUNHA, Ana Luiza Salgado. **Extensão Universitária na Universidade Federal de São Carlos: (des)encontros com a Educação Popular.** 2018. 273 f. : 30 cm. Tese (doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos,

CUNHA, Teresa; SILVESTRE, Sandra. **Olhares – sem medo – sobre a educação.** In: CUNHA, Teresa; SILVESTRE, Sandra(Org.). *Somos diferentes, somos iguais.* Diversidade, Cidadania e Educação. Rainho e Neves, editora. 2008.

DARON, V. **A educação popular e saúde como referencial para nossas práticas na saúde.** In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão estratégica e Participativa. II Cadernos de Educação Popular em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2014. P. 123-146.

DUSSEL, Enrique. A pedagógica latino-americana (a Antropológica II). In: _____. **Para uma ética da libertação latino americana III: erótica e pedagógica.** São Paulo: Loyola; Piracicaba: UNIMEP, s/d, p.153-281.

DUSSEL, Enrique. **20 teses de política.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociologia sentipensate para América Latina. Antologia de textos selecionados e apresentados por Víctor Manuel Moncayo.** Bogotá: CLACSO/Siglo del Hombre Editores. 2009

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia propia y colonialismo intelectual.** Bogotá: Carlos Valencia Editores. (1987)

FALS BORDA, Orlando. **Por la práxis: el problema de como investigar la realidade para transformala.** Bogotá: Federacion para el Analisis de la realidade Colombiana (FUNDARCO). 1978

FIORI, Ernani Maria. **Educação e Política. Textos escolhidos.** Volume 2. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação.** 15ª Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 344 Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011

_____, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, P. **Política e Educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 3 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1971.



SANTOS, B. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. V.1. **A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência.** 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S. S. e MENESES, M. P. (org.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez. 2010.

STOTZ, E.. Enfoques sobre a educação popular e saúde. In: BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.** Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Caderno de educação popular e saúde. Brasília, 2007. P.46-57.

VASCONCELOS, Eymard Mourão, CRUZ, Pedro José Santos Carneiro (Org.). **Educação Popular na Formação Universitária:** reflexões com base em uma experiência. São Paulo, Hucitec; João Pessoa, Ed. Universitária da UFPB. 2011.

VASCONCELOS, E.M; VASCONCELOS, M.O.D; SILVA, M.O da. A Contribuição da Educação Popular para Reorientação das Práticas e da Política de Saúde no Brasil. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade,** Salvador, v.24, n43, p. 89- 106, jan./jun.2015

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Ana Luiza Salgado Cunha

Pós-doutoranda em Ensino, Linguagem em Sociedade, pelo PPGELS da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Professora na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: ana.luiza@uesb.edu.br

Glauber Barros Alves Costa

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Coordenador do Curso de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (UNEB), líder do Grupo de Pesquisa em Educação e Ensino de Geografia (GEPEGEO). E-mail: glauberbarros@hotmail.com

Raquel Arrieiro Vieira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Funcionária pública designada do município de Viçosa/MG, onde atua como Supervisora Pedagógica na educação infantil (creche e pré-escola) e anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). E-mail: raquelarrieiro@hotmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3468-7504>

Èrica Vieira Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) na UNEB/Campus VI. Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Ensino de Geografia (GEPEGEO) na UNEB/VI. Bolsista da Fapesb. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1754299573623445>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6845-7272>. E-mail: erica_iga@yahoo.com.br